

A INEFABILIDADE DO CONCEITO DE ÉTICA EM LUDWIG WITTGENSTEIN

Evandro José Machado¹

RESUMO:

Inerente ao conceito de ética se instaura um acentuado grau de dificuldade, tanto para quem quer aprendê-lo como para quem quer falar sobre ele. Não obstante, com Ludwig Wittgenstein essa realidade verdadeiramente se concretiza, uma vez que a ética se torna inefável. A ética não pode ser demonstrada em palavras porque não existe no mundo representação plausível de valor absoluto, próprio do ser da ética. A ética é uma realidade transcendental, de modo que tem por intenção abarcar todas as significações particulares. Portanto, a pretensão deste artigo é mostrar que a ação mais coerente do homem, frente à reflexão ética, é o silêncio, que se consolida em uma proeminente atitude filosófica. Reconhecer que existe um limite entre aquilo que pode ser *dito* e aquilo que pode ser *mostrado* é ter postura filosófica e se basta por si mesmo.

Palavras-chave: Inefabilidade, Ética, Wittgenstein

ABSTRACT:

Inherent in the concept of ethics is established a considerable challenge, both for those who want to learn it and for those who want to talk about it. Nevertheless, with Ludwig Wittgenstein that reality truly is realized, since the ethics becomes ineffable. Ethics can not be demonstrated in words because there is no plausible representation in the world of absolute value, part of being ethical. Ethics is a transcendental reality, so that is intended to embrace all the meanings individuals. Therefore, the intention of this paper is to show that the most consistent action of man, in front of ethical reflection, is the silence, which is consolidated in a prominent philosophical attitude. Recognize that there is a limit between what can be *said* and what can be *shown* is to have philosophical stance and just for yourself.

Key words: Ineffability, Ethics, Wittgenstein

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Hodiernamente, ouvimos ou falamos de coisas difíceis e complicadas à assimilação humana, como se fossem as realidades que de fato mais interessassem e mais significados exaurissem sobre o ser humano. Nem sempre o mais complicado e difícil manifesta com maior propriedade a constituição de determinada coisa. O contrário também não é regra, ou seja, nem sempre o mais simples e mais fácil mostra o âmago da questão com mais precisão. A palavra ética se enquadra neste rol conceitual, pois “existem palavras que carregam significações exigentes. O termo “*ética*” reveste esse caráter” (MARTÍNEZ, 2001, p. 161).

Falar de ética, em qualquer concepção e pelos enfoques de qualquer autor que seja não é uma tarefa de fácil manejo. Falar de ética, segundo Wittgenstein, torna-se, necessariamente,

¹ Mestrando em Filosofia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Toledo.

uma atividade impossível, justamente porque ela é inefável. Sabemos que para o autor do “*Tractatus Logico-Philosophicus*” aquilo de que não se pode falar, deve-se ser eximido de argumentação.

Por este motivo, consoante a Wittgenstein, a ética nunca poderá ser uma ciência no sentido estrito, pois o seu estatuto, que observamos nas nossas ações cotidianas, ou opera com valores relativos e não é, por conseguinte, universal, ou baseia-se em valores absolutos, que só podem adquirir vigência subjetiva, já que não se pode objetivar para eles nenhuma existência. Mesmo assim, Wittgenstein achava que a simples confirmação de que o homem não pode apreender o significado de ética, era suficiente, precisamente por ter levado o homem a alcançar este patamar da reflexão filosófica. Ele achava, portanto, que seria mais honesto silenciar sobre um assunto, com relação ao qual um discurso racional e verificável não faria sentido, ainda que o seu objeto fosse universal.

Portanto, este artigo que tem por base a “*Conferência sobre ética*” e o “*Tractatus Logico-Philosophicus*”, ambos de Ludwig Wittgenstein, tem a pretensão de mostrar como o conceito de ética ganha caracterização de inefabilidade. A ética não pode ser verbalizada porque não encontra significação no mundo das realidades sensíveis, ela é uma realidade transcendental, uma vez que tem por intenção abarcar todas as significações particulares. O que resta, então, ao homem frente à reflexão ética, conforme Wittgenstein? Apenas o silêncio?

1. A CONCEPÇÃO DE ÉTICA DE LUDWIG WITTGENSTEIN

As idéias tecidas por Ludwig Wittgenstein, em sua obra “*Tractatus Logico-Philosophicus*”², sondam e visam aproximar o homem da linguagem perfeita e, por extensão, pôr fim aos problemas filosóficos. Conforme ele, as dificuldades que a filosofia se embrenhou, ao longo dos séculos, são oriundas do mau entendimento da lógica de nossa linguagem³. O autor do “*Tractatus*”, de fato, cogitou ter alcançado a sua finalidade ao afirmar que “[...] a *verdade* dos pensamentos aqui comunicados parece intocável e definitiva. Portanto, é minha opinião que, no essencial, resolvi de vez os problemas” (WITTGENSTEIN, 1994, p. 133). A audácia intelectual de Ludwig é tamanha que chega ao ponto de afirmar que o sentido da sua obra pode ser sintetizado nestes termos: “o que se pode em geral dizer, pode-

² A partir daqui estaremos abreviando esta obra por TLP.

³ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Tradução de Luiz Henrique Lopes dos Santos. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p. 131.

se dizer claramente; e sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar” (WITTGENSTEIN, 1994, p. 131).

As questões que emergem desta afirmação de Wittgenstein são: por que não podemos falar sobre ética? E se não podemos falar sobre alguma coisa, por que isso ocorre? Se não podemos falar sobre algo, teremos que nos silenciar eternamente? A ética é uma dessas realidades que, conforme Wittgenstein, não podemos falar e, por este motivo, devemos calar. Para o nosso autor, “todas as proposições têm igual valor” (WITTGENSTEIN, TLP 6.4). Proposição é um enunciado elementar que pode ser verdadeiro ou falso. Aprender uma proposição é assimilar aquilo que ela quis expressar, negar, afirmar, sugerir etc. Wittgenstein reduz a realidade existente a cálculos proposicionais. “Todo enunciado sobre complexos pode-se decompor em um enunciado sobre as partes constituintes desses complexos e nas proposições que os descrevem completamente” (WITTGENSTEIN, TLP 2.0201). O nosso autor segue a argumentação em torno da redução das coisas existentes no mundo a proposições: “a substância do mundo só pode determinar uma forma, e não propriedades materiais. Pois estas são representadas apenas pelas proposições – são constituídas apenas pela configuração dos objetos” (TLP 2.0231).

A argumentação de Wittgenstein se alicerça somente naquilo que existe no mundo, o factual, as coisas em si. Adjacente a este conceito (factual), o mundo é empregado com igual propriedade. Por este motivo, sentimos necessidade de investigar a noção de mundo no TLP. Logo no primeiro aforismo, Wittgenstein afirma que: “o mundo é tudo aquilo que é o caso” (1). Continua dizendo que: “o mundo é a totalidade dos fatos, não das coisas” (1.1). Ainda, seguindo a explanação: “o mundo é determinado pelos fatos, e por serem *todos* os fatos. Pois a totalidade dos fatos determina o que é o caso e também tudo que não é o caso” (1.11/1.12). Enfim, “os fatos no espaço lógico são o mundo. O mundo resolve-se em fatos” (1.13/1.2). Os fatos, no espaço lógico, são o mundo, mas, o que são os fatos? “O que é o caso, o fato, é a existência de estados de coisas” (2). Portanto, o mundo é tudo aquilo que está aí. O mundo é tudo aquilo que nós vemos com tal e qual. A questão central é entender a relação empregada por Wittgenstein entre linguagem e mundo.

Ao reduzir as realidades do mundo à linguagem proposicional, Wittgenstein barra uma série de possibilidades argumentativas sobre as coisas que circundam os homens no mundo, de forma que:

O sentido do mundo deve estar fora dele. No mundo tudo é como é e tudo acontece como acontece; não há como nele nenhum valor – e se houvesse, não teria nenhum valor. Se há um valor que tenha valor, deve estar fora de

todo acontecer e ser-assim. Pois todo acontecimento e ser-assim é casual. O que o faz casual não pode estar no mundo; do contrário, seria algo, por sua vez, casual. Deve estar fora do mundo (WITTGENSTEIN, TLP 6.41).

A ética como ciência ganha a sua caracterização de inefabilidade à medida que se encontra fora do mundo, pois se ela tivesse no mundo, ela seria algo sem valor. O que é casual, para Wittgenstein, deve estar no mundo, deve ser uma realidade imbuída de sensibilidade. Aquilo que não é casual, como a ética, porque é um termo absoluto, não pode estar no mundo para não se enquadrar como uma aceção casual e, portanto, fora da consideração real e verdadeira de seu significado. Pois, para Wittgenstein, “é por isso que tampouco pode haver proposições na ética. Proposições não podem exprimir nada de mais alto” (WITTGENSTEIN, TLP 6.42), a ética, por sua vez, é um conceito superior e que foge dos moldes casuais, portanto, inefável. É frente este cenário que a observação feita por Wittgenstein se torna muito interessante, eis “é claro que a ética não se deixa exprimir. A ética é transcendental. (Ética e estética são uma só)” (TLP 6.421). Esta afirmação parece denotar que a inefabilidade em torno da ética não é uma carência intelectual do homem, mas é a própria estrutura da ética, enquanto ciência, ser inefável.

É propriamente na *Conferência sobre ética*, em 1929, que Wittgenstein expôs as suas idéias sobre a ética, chegando à conclusão de que a ética é inefável. Isso nos leva a compreender que não existe qualquer descrição significativa que expresse à ética, o valor, enquanto elementos objetivos. Isso pode ser claramente verificado frente ao exemplo dado por Wittgenstein, de modo que esta passagem visa retratar uma pessoa onisciente, que escreveu um livro sobre ética. Ora, se esta pessoa soubesse tudo, é mais do que evidente que o conteúdo encontrado neste livro abarque a realidade da humanidade em sua totalidade, ou ao menos de forma mais satisfatória do que as outras produções em torno da ética. Entretanto, para o nosso autor, este livro:

[...] não incluiria nada do que pudéssemos chamar de juízo *ético* nem nada que pudesse implicar logicamente tal juízo. Conteria, certamente, todos os juízos de valor relativo e todas as proposições científicas verdadeiras que se pode formar. Mas, tanto todos os fatos descritos como todas as preposições estariam, digamos, no mesmo nível. Não há proposições que, em qualquer sentido absoluto, sejam sublimes, importantes ou triviais (WITTGENSTEIN, 1995, p. 211).

Segundo Wittgenstein, qualquer expressão que tentasse definir ética careceria de sentido, pois a falta de sentido constitui a sua própria essência. As expressões éticas e religiosas nos ajudam a ir além do mundo e isso nada mais é do que ultrapassar a linguagem significativa. Aproveitando o contexto, Wittgenstein redigiu as suas idéias acerca da ética,

cuidando de esclarecer aos seus ouvintes que ela seria uma disciplina, que a princípio trataria da:

[...] investigação sobre o que é bom, poderia ter dito que a Ética é a investigação sobre o valioso, ou sobre o que realmente importa, ou ainda, poderia ter dito que a Ética é a investigação sobre o significado da vida, ou daquilo que faz com que a vida mereça ser vivida, ou sobre a maneira correta de viver (WITTGENSTEIN, 1995, p. 209).

Posterior a esta desmembração do termo ética, Wittgenstein frisa aos seus interlocutores que certamente, agora, eles têm uma idéia aproximada do que se ocupa a ética. Entretanto, a ocupação da ética não é a mesma coisa do que a significação da ética, o que só vem a corroborar o abismo existente entre o significado da ética e a reflexão casual em torno da sua ocupação. Quando Wittgenstein fala de ética, ele tem consciência de que se trata de algo mais complexo do que as costumeiras definições. Em primeiro lugar, a ética pode ser encarada como um objeto de significação universal, cuja importância e valor são para cada pessoa, e, em segundo lugar, “a própria Ética é a investigação geral sobre o que é bom” (WITTGENSTEIN, 1995, p. 208). Essa determinação de Wittgenstein acerca da ética é extraída dos *Principia Ethica* de George Edward Moore.

2. A INEFABILIDADE DA ÉTICA

Parece evidente que o nosso filósofo tem consciência de que não pode explicitar aos seus ouvintes o que ele mesmo vê como sentido da vida (ética). É por este motivo que ele pretende mostrar porque considera todos os discursos sobre o que é bom, do ponto de vista da moral, como desprovidos de sentido. Para tal fim ele se vale de uma distinção entre sentido relativo e sentido absoluto de expressões linguísticas e afirma que todas as expressões, que utilizamos em contextos éticos, são utilizadas em duas acepções inteiramente diferentes. “A primeira coisa que nos chama a atenção nestas expressões é que cada uma delas é usada, realmente, em dois sentidos muito distintos. Vou denominá-los, por um lado, o sentido trivial ou relativo, e por outro, o sentido ético ou absoluto” (WITTGENSTEIN, 1995, p. 209). Um significado da expressão ele denomina de sentido simples e relativo, e o outro sentido de absoluto ou ético. Além de a ética ser inefável, outra certeza emerge deste contexto, a de que a ética é uma ciência que abarca a totalidade, o absoluto. Neste ponto que se alicerça a dificuldade em falar sobre ética, de sorte que é uma sondagem na soma de todos os particulares envolvidos. Portanto, uma atitude impossível de ser realizada com eficiência.

Wittgenstein afirma que a ética é investigação em torno daquilo que é bom. O termo bom assume dupla significação: relativo e absoluto. No que confere à dimensão relativa, ela se concretiza quando o elemento predeterminado alcança a sua finalidade com êxito. Basta lembrarmos o exemplo da poltrona dado pelo nosso filósofo⁴. Ela se torna uma poltrona boa se o sujeito que se assentar nela concordar que realmente ela é confortável. “De fato, a palavra bom no sentido relativo significa simplesmente que satisfaz um certo padrão predeterminado” (WITTGENSTEIN, 1995, p. 210). Além disso, “usadas desta forma, tais expressões não apresentam problemas difíceis ou profundos. Mas isto não é o uso que delas faz a Ética” (WITTGENSTEIN, 1995, p. 210). Se Wittgenstein introduz a distinção entre juízos de valor relativos e absolutos, ele faz isso diante do pano de fundo da sua concepção do mundo, este, por sua vez, afirma que o mundo abrange todos os fatos ou é idêntico à totalidade dos fatos. A diferença predominante entre um juízo de valor relativo e um juízo de valor absoluto repousa no mero enunciado de fatos. É da estrutura do juízo de valor relativo apenas narrar fatos singulares, enquanto os juízos de valor absolutos reprovam esta atitude, “[...] nenhum enunciado de fato pode ser nem implicar um juízo de valor absoluto” (WITTGENSTEIN, 1995, p. 211).

Todo o juízo de valor relativo é mero enunciado de fato, ao passo que nenhum enunciado de fato pode ser considerado um juízo de valor absoluto. Como isso é possível? Basta retornarmos ao exemplo do livro escrito, hipoteticamente, pelo sujeito onisciente. Partindo de uma análise lógica, este livro, por ter sido escrito por alguém que conhece todos os movimentos dos corpos materiais e vivos do mundo, deveria conter uma abordagem completa de todos os fatos. É evidente que isso só ganha sentido se for correto que o mundo é a totalidade dos fatos. Mas, mesmo que tal livro escapasse do plano hipotético e passasse para o plano da realidade concreta, um ser humano que conhecesse todos os fatos não poderia incluir nesse livro um único juízo ético, uma proposição, que implicasse apenas um juízo ético desse tipo, porque seria uma construção de um único sujeito. Um único sujeito não faz Ética e sim relata sobre fatos éticos, o que gera ceticismo em relação ao conteúdo ético do suposto livro, isso porque “não há proposições que, em qualquer sentido absoluto, sejam sublimes, importantes ou triviais” (WITTGENSTEIN, 1995, p. 211).

⁴ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. Conferência sobre Ética. In. DALL'AGNOL, Darlei. **Ética e linguagem: uma introdução ao Tractatus de Wittgenstein**. 2.ed. Florianópolis: UNISINOS, 1995. p. 210.

Wittgenstein tenta esclarecer a questão distinguindo o mero fato descritivo do fato ético, de sorte que a instância descritiva obedece a padrões individuais ao passo que fato ético percorre o caminho do absoluto.

Mas o que quero dizer é que um estado mental entendido como um fato descritível não é bom ou mau no sentido ético. Por exemplo, em nosso livro do mundo lemos a descrição de um assassinato com todos os detalhes físicos e psicológicos e a mera descrição nada conterà que possamos chamar uma proposição *ética*. O assassinato estará exatamente no mesmo nível que qualquer outro acontecimento como, por exemplo, a queda de uma pedra (WITTGENSTEIN, 1995, p. 212).

Para Wittgenstein a tristeza, a indignação, a raiva, enfim, os sentimentos e abalos causados ao tomarmos conhecimento do assassinato pertencem ao mundo factual, assim como os corpos e os seus movimentos, a queda de uma pedra, por exemplo. Os sentimentos suscitados perante um assassinato brutal de uma vítima inocente (o que aparentemente despertaria mais aversão), a simples queda de um corpo qualquer, estão precisamente no mesmo patamar de interpretação, o do factual. Ora, se a queda de uma pedra não pode ser compreendida como uma questão ética, pelo fato de ser factual e particular, da mesma forma, “o assassinato estará exatamente no mesmo nível que qualquer outro acontecimento [...]” (WITTGENSTEIN, 1995, p. 212).

Diante da realidade que os conceitos “bom” e/ou “mau” (geralmente empregados para designar uma ação ética ou não ética) não podem ser resgatados cognitivamente e representam meros conceitos aparentes, os juízos formados a partir deles também não podem ser expressos e enunciados com sentido, razão pela qual também não pode existir nenhuma ciência da ética. Ora, se pensamos que estamos expressando juízos de valor ético, frente a um fato de brutalidade ímpar, quando afirmamos: ‘quanta maldade o homem é capaz de cometer contra seu semelhante’, cremos que as expressões verbais exaurem o significa da ética. Contudo, Wittgenstein crê que expressões desse teor não manifestam juízos de valor ético, não produzem proposições com sentido e, naturalmente, não são passíveis de conterem um valor de verdade ético, de modo que “[...] seriam simplesmente fatos, fatos e fatos e não Ética” (WITTGENSTEIN, 1995, p. 212).

Para ser considerado um valor absoluto e, portanto, ético, o valor deve ultrapassar a realidade do mundo, deve estar fora do mundo para se esquivar da compreensão de que aquilo que está no mundo é factual, pois todos os acontecimentos do mundo são casuais. O que não os torna casuais não pode estar localizado no mundo, pois, do contrário, isso seria uma casualidade. Wittgenstein, adotando estrutura metafísica de pensamento, pretende solucionar

o enigma dos valores absolutos e, ao fazer isso, tem consciência de que as suas respostas não poderão ter o caráter de proposições lógicas ou científicas. Isso causa alguma confusão, dado que a ética não pode ser verbalizada por ser ela um valor transcendental⁵.

Na passagem seguinte que Wittgenstein frisa que a ética é transcendental, ele afirma a existência de leis éticas e da idéia do que aconteceria se os homens não as observassem⁶. Estando, mas se a ética não é verbalizada, como é que podemos referir-nos à existência de leis? Afinal, leis devem ser formuladas em proposições universais, condicionais ou incondicionais. E, naturalmente, também podem ser formuladas nos ditames de normas, de mandamentos e de proibições. Wittgenstein não vai ao encontro dessas pretensões litigiosas, ao contrário, ele responde com uma constatação lapidar que o discurso ético – como de resto também o discurso estético – não pode ser científico, uma vez que:

Parece-me evidente que nada do que somos capazes de pensar ou de dizer pode constituir-se o objeto. Que não podemos escrever um livro científico cujo tema venha a ser intrinsecamente sublime e superior a todos os demais. [...]. Nossas palavras, usadas tal como o fazemos na ciência, são recipientes capazes somente de conter e transmitir significados e sentido *naturais*. A ética, se ela é algo, é sobrenatural e nossas palavras somente expressam fatos, [...]. Disse que com relação a fatos e proposições há somente valor relativo e acerto e bem relativos (WITTGENSTEIN, 1995, p. 212-213).

A relatividade e a particularidade oriundas do sentido trivial das afirmações desautorizam o homem a falar de ética como ciência que norteie todos os homens em particular. Na introdução do TLP, Wittgenstein esclarece a sua intenção fundamental, que consiste em “[...] traçar um limite para o pensar, ou melhor – não para o pensar, mas para a expressão dos pensamentos: a fim de traçar um limite para o pensar, deveríamos poder pensar os dois lados desse limite (deveríamos, portanto, poder pensar o que não pode ser pensado” (1994, p. 131). Seguindo este caminho, de um lado, encontramos tudo aquilo que pode ser dito com extrema clareza e, no outro lado, tudo aquilo que não tem sentido ou significa ausência de sentido. Como já vimos no início deste texto, as proposições têm por finalidade descrever as coisas, os fatos. Por este motivo, uma proposição é clara quando corresponde às regras da lógica da linguagem e quando ela pode ser compreendida de tal modo que se saiba o que é se ela for verdadeira. Contudo, ambas as condições não satisfazem as ‘exigências’ da ética, tornando-a uma ciência intocável em sua essência. Tal realidade se justifica com a seguinte passagem:

⁵ Cf. TLP, 6.421.

⁶ Cf. TLP, 6.422.

Creio que seria aquela que, ao vê-la, *todo o mundo* deveria tomar *com necessidade lógica* ou envergonhar-se de não fazê-lo. Do mesmo modo, o *bom absoluto*, se é um estado de coisas descritível, seria aquele que todo o mundo, independente de seus gostos e inclinações, realizaria *necessariamente* ou se sentiria culpado de não fazê-lo. Quero dizer que tal estado de coisas é uma quimera. Nenhum estado de coisas têm, em si, o que gostaria de denominar o poder coercitivo de um juiz absoluto (WITTGENSTEIN, 1995, p. 213).

O movimento do pensamento de Wittgenstein é evidente, ou seja, ele conduz o homem até os limites do que pode ser descrito com clareza e, para além desses limites, a única coisa que o homem pode fazer é silenciar, uma vez que “[...] não podemos expressar o que queremos expressar e que tudo que *dizemos* sobre o absolutamente milagroso continua carecendo de sentido” (WITTGENSTEIN, 1995, p. 219-220). Toda posição de destaque que a maioria dos sistemas éticos assume diante de outras pessoas é completamente modificada em Wittgenstein. A modificação se evidencia no fato de que o primado é concedido ao ser-sujeito do próprio indivíduo, de que os predicados 'bom' e 'mau' não podem ser aplicados a acontecimentos e, por extensão, às consequências de uma ação, à medida que elas dizem respeito a acontecimentos. Sendo assim, não é pelo efeito de uma ação que se conhece um ato que realiza um valor absoluto. Por isso também os outros homens, vistos a partir do sujeito, não se encontram em uma situação essencialmente diferente das partes restantes do mundo. O mundo, ao qual o sujeito agente se refere, não é o verdadeiro chão da ética, justamente por não ser dotado de nenhum valor absoluto. Por isso a recompensa e a punição, a recompensa ética e a punição ética, naturalmente não estão localizadas no mundo, mas tão-somente nas ações, quer dizer no próprio sujeito.

Wittgenstein é categórico ao afirmar que nada no mundo pode representar um valor absoluto, que os valores absolutos, no entanto, somente podem ser apresentados em vivências efetivas, como, por exemplo, o mundo de uma pessoa feliz e o mundo de uma pessoa infeliz. Sabemos de experiência própria o que significa sair de um mundo e ir para outro. Essa experiência nos apresenta constantemente como transeuntes entre os dois mundos. A alma humana ou o eu metafísico, do qual Wittgenstein salienta, não é um ponto rígido e imóvel, mas abrange todo um mundo, que reconhecemos como nosso mundo. Nos limites desse mundo pequeno, onde a nossa linguagem não consegue mais fundar-se nas coisas, situam-se os valores absolutos.

[...] não somente que nenhuma descrição que possa imaginar seria apta para descrever o que entendo por valor absoluto, mas que rechaçaria *ab initio* qualquer descrição significativa que alguém pudesse possivelmente sugerir em razão de sua significação. Em outras palavras, vejo agora que estas expressões carentes de sentido não careceriam de sentido por não ter ainda

encontrado as expressões corretas, mas sua falta de sentido constituía sua própria essência. Isto porque a única coisa que eu pretendia com elas era, precisamente, *ir além do mundo*, o que é o mesmo que ir além da linguagem significativa. Toda minha tendência – e creio que a de todos aqueles que tentaram alguma vez escrever ou falar de Ética ou Religião – é correr contra os limites da linguagem (WITTGENSTEIN, 1995, p. 220).

Os valores absolutos assumem forma somente quando se materializam nas vivências, como premonições, sentimentos ou desejos. Estamos aqui no domínio mais pessoal da nossa vida, para o qual não existem perguntas científicas, já que nele não há possibilidade de identificar o objeto da pergunta bem como de chegar a um conhecimento objetivo dos valores. Isso porque um conhecimento objetivo haveria de negar e desconsiderar justamente aquilo que é o chão único da ação ética, a saber, a decisão que temos que tomar para fazer ou para não fazer alguma coisa. No chão do juízo de valor absoluto, nós queremos nos comportar melhor, pois este é o caminho que todo mundo, para não se envergonhar, deveria tomar. “Do mesmo modo, o *bem absoluto*, se é um estado de coisas descritível, seria aquele que todo o mundo, independente de seus gostos e inclinações, realizaria, *necessariamente* ou se sentiria culpado em não fazê-lo” (WITTGENSTEIN, 1995, p. 213). Por este motivo que a ética é impossível de ser teorizada. É impossível formular uma lei que reja todas as ações humanas. Em contrapartida, no chão do juízo de valor relativo, o querer se comportar melhor não é determinante, tanto faz. Para Wittgenstein, nada que somos capazes de pensar ou dizer, quando o assunto é a ética, pode constituir-se seu objeto, dado que a ética é algo sobrenatural às nossas palavras.

Um juízo de valor relativo não mostra nada além de uma sensação subjetiva. Um juízo de valor absoluto é impossível de ser demonstrado. O juízo de valor relativo é dito a partir de coisas específicas, a partir de fatos ocorridos e existentes no mundo. O juízo de valor absoluto não encontra, no mundo, objetos que possam embasar sua reflexão.

O valor absoluto é o sentido ético da vida – aquilo para que se deve viver. O problema do sentido da vida é o problema ético por excelência. O sentido da vida não pode, pois, estar no mundo, não pode ser a existência de nenhum fato. Os fatos pertencem à formulação do problema, não à sua solução [...]. Mas a hipótese de que o sentido da vida esteja em outro mundo apenas desloca o problema. [...]. A hipótese da imortalidade da alma é eticamente inútil. O sentido da vida só pode definir-se por ela própria. A vida é o que se tem de valor [...], mas a vida que se manifesta nas ações como vontade. O sentido da vida só pode ser a própria vida. A solução do problema da vida é uma dissolução: a vida não carece de fundamento para ter valor (LOPES DOS SANTOS, 1994, p. 108-109).⁷

⁷ Autor responsável pela Tradução, Apresentação e Ensaio Introdutório da edição do TLF utilizado por nós, do qual também estamos fazendo uma citação encontrada na Introdução.

Não há objetos físicos, intersubjetivos que possam reclamar ações éticas. Diante disso, nada pode ser dito sobre ética enquanto disciplina cognitiva. Se não são os efeitos da nossa ação que justificam um juízo 'bom' ou ' mau', mas, conforme enfatizamos, a própria ação do sujeito que tem este papel, então não há nada fora de nós, em que pudéssemos examinar a nossa vivência do valor.

Diante disso, o que nos parece é que Wittgenstein quer fixar os limites do factual, através de um processo de distinção entre aquilo que é possível de ser dito e aquilo que é possível ser mostrado. Em última instância, a querela entre o *dizer* e o *mostrar* pode ser atribuído ao papel exercido pelo filósofo e pelo cientista. Para Wittgenstein, o que deixou de ser dito é, segundo a postura filosófica do nosso autor, o mais relevante, o caráter ético⁸. “E, do ético, só se pode mostrar, dizê-lo é impossível, pois não há linguagem que o expresse. O limite entre o dizer e o mostrar é traçado na linguagem, enquanto expressão do pensamento; ir além desse limite seria um ‘contra-senso’” (HALLER, 1991).

Para Wittgenstein, o verdadeiro filósofo é aquele que se prende aos limites, constituídos pela própria linguagem, que estão na fronteira daquilo que pode ser dito e daquilo que é o inefável, o restante é trabalho do cientista. Por este motivo:

O que a filosofia pretende dizer não é, contudo, uma miragem. A mesma definição da forma essencial da proposição que desautoriza logicamente qualquer esforço de formulação de proposições filosóficas revela que o mundo tem uma estrutura essencial e fundamentos absolutos. É o que mostra o grupo de aforismos 1 do *Tractatus*. O que a filosofia quer dizer existe e importa apreendê-lo. Apenas não se pode apreendê-lo da maneira canhestra que prescreve a filosofia tradicional (LOPES DOS SANTOS, 1994, p. 101).

Tentar ultrapassar os limites, apesar da nossa impotência intelectual e silenciar-se sobre aquilo que não pode ser dito é uma atitude ética. Concomitante a isso, é um trabalho de esclarecimento que cabe à pessoa do filósofo. Aos problemas da vida, aos valores, ao que e como devo proceder para a busca da “vida feliz”, não se pode responder pela filosofia, pois não se deixam exprimir. “A felicidade é o sentimento da realização dos fins próprios. Os fins próprios não se podem realizar no mundo, como fatos, e os fatos não podem interferir em sua realização” (LOPES DOS SANTOS, 1994, p. 109). Por isso é melhor calar-se e deixar que cada indivíduo procure a sua resposta, na situação em que se encontra, pois o mundo é o mundo particular de cada um.

⁸ Cf. HALLER, Rudolf. **A ética no pensamento de Wittgenstein.**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Wittgenstein usa da análise lógica e de um projeto ético para empreender a sua tarefa, que é a crítica da linguagem⁹, onde tenta estabelecer as condições transcendentais de possibilidade do que pode ser dito e do que pode ser mostrado. Recurso este que podemos denominar de escadas, onde a escada ética lhe possibilitou a experiência mística e a escada lógica revelou que a linguagem serve para descrever fatos, mas é incapaz de exprimir o inexprimível, aquilo que apenas se mostra e não pode ser dito.

A Ética e a Lógica são transcendentais, por isso não podem tratar do mundo, se o fizessem, seriam factuais. Wittgenstein sustenta que o ponto central do *Tractatus* é a ética. A Ética trata do domínio superior, que aparece tanto na esfera de valor como nas estruturas da linguagem, que não podem ser ditos, mas somente mostrados. Wittgenstein insiste na impossibilidade de estabelecer proposições de natureza ética. A ética não é expressa por meio de palavras, pois ela é transcendental, pertence a um grau mais elevado, ao domínio superior, porém, podemos extrair dessas afirmações três importantes conclusões: A primeira é que não há proposições de ética, pois a ética não trata de fatos. A segunda conclusão é que a ética é inexprimível, pois as proposições não podem expressar nada mais elevado que os fatos. A terceira conclusão é que a ética é transcendental, pois transcendem os fatos do mundo.

Contudo, Wittgenstein achava que era suficiente ter levado a reflexão filosófica até o ponto da certeza de que existem coisas que não podemos falar. Ele achava, portanto, que seria mais honesto silenciar sobre um assunto, com relação ao qual um discurso racional e verificável não faria sentido, ainda que o seu objeto fosse universal, como é o caso da ética, enquanto ciência. Parece evidente que temos mais facilidades em falar do que em silenciar, mesmo se o que dizemos não se refere a estados de coisas universalmente reconhecidos.

A ética não pode ser posta em proposição e, neste elemento, a ética encontra o seu núcleo, ou seja, o centro próprio da ética é o conflito. A ética, como teoria, não existe, é impossível aos homens, isso porque não pode haver juízo de valor absoluto no mundo. O ponto nuclear da ética é trabalhar o sentido da vida, o que, para Wittgenstein, é reprovável que a ética trate do comportamento do ser humano. Para ele, a ética é uma ciência que ultrapassa a análise comportamental daqueles que estão no mundo, ganhando assim, o estatuto de infabilidade. Defendemos, portanto, que diante deste assunto de capital importância, o final do TLP dá a resposta definitiva: “sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar” (7).

⁹ Cf. TLP, 1994, p. 131.

BIBLIOGRAFIA

DALL'AGNOL, Darlei. **Ética e linguagem**: uma introdução ao Tractatus de Wittgenstein. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

HALLER, Rudolf. **A ética no pensamento de Wittgenstein**. vol.5, nº11. São Paulo. Jan./Abr. 1991. Acesso: <http://www.scielo.br/scielo.php>.

MARTÍNEZ, Horacio Luján. Função e conteúdo da ética na filosofia do primeiro Wittgenstein. In. PEREZ, Danil Omar (Org.). **Ensaio de Filosofia Moderna e Contemporânea**: Maquiavel, Descartes, Kant, Nietzsche, Wittgenstein, Deleuze. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001.

WITTGENSTEIN, Ludwig. Conferência sobre Ética. In. DALL'AGNOL, Darlei. **Ética e linguagem**: uma introdução ao Tractatus de Wittgenstein. 2.ed. Florianópolis: UNISINOS, 1995.

_____. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Tradução de Luiz Henrique Lopes dos Santos. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.